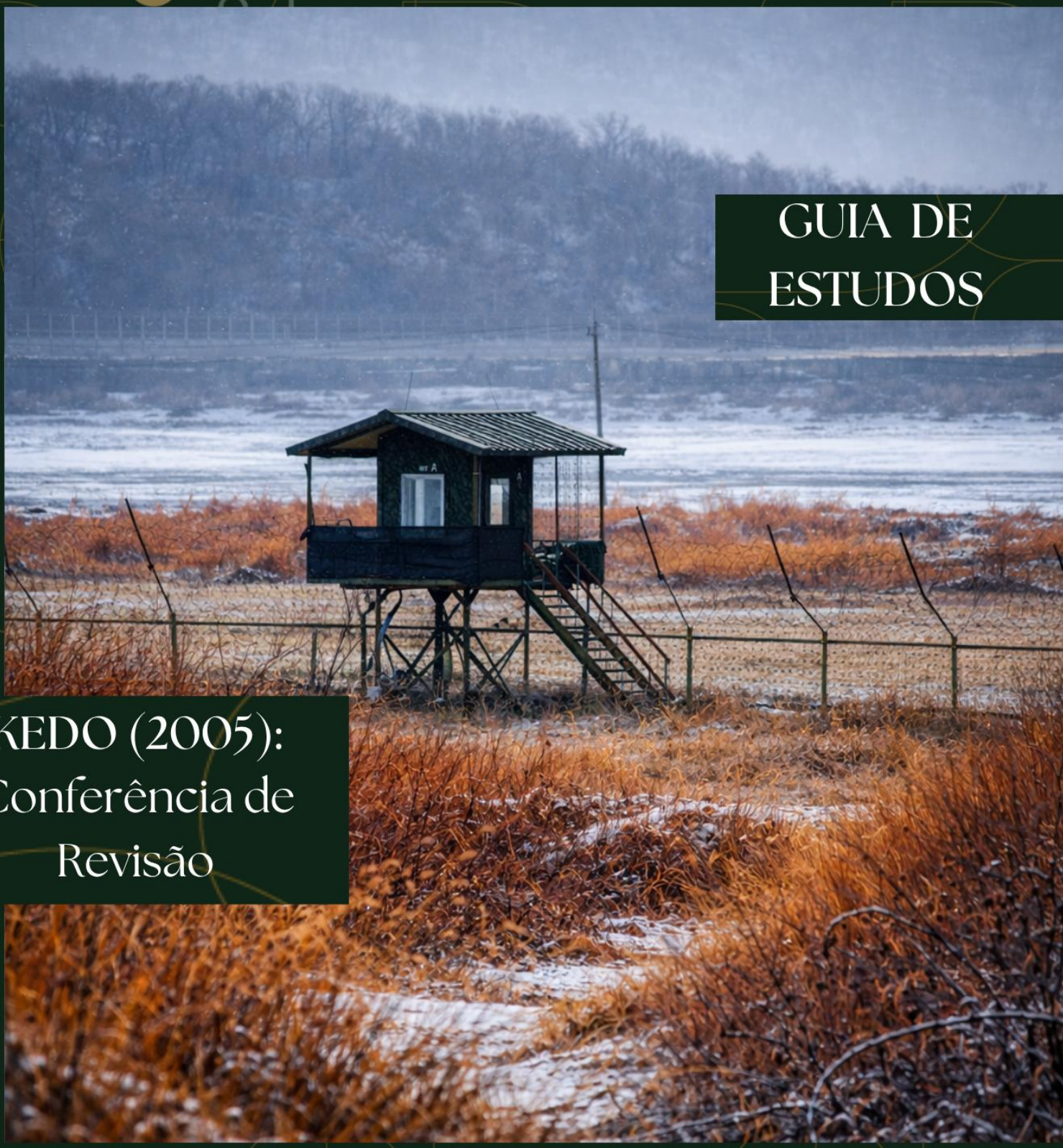
27ª edição

MINIONU

Saberes que florescem



GUIA DE ESTUDOS

KEDO (2005): Conferência de Revisão

DIRETORA
FERNANDA COSTA

DIRETORAS ASSISTENTES
ISABELA CAROLINE SOUZA
LÍVIA MARIA DE CARVALHO

MINIONU

PUC Minas

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA EQUIPE 3
1.1 Fernanda Costa – Diretora 3
1.1 Isabela Souza – Diretora Assistente 3
1.2 Lívia Maria – Diretora Assistente 4

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA 5
2.1 Origens da Instabilidade na Península Coreana 7
2.2 A Crise Nuclear Norte-Coreana e seus Impactos Internacionais 12
2.3. A Atuação Internacional e o Papel da KEDO 16
2.3.1. A Mudança de Paradigma: Da Hostilidade à "Sunshine Policy" 17
2.3.2. A Crise de 2005 17

3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ 19
4. PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS DO COMITÊ 21
4.1. Bloco da Condicionalidade e da Desnuclearização Rigorosa 21
4.2. Bloco do Engajamento Diplomático e da Estabilidade Regional 22
4.3. Bloco da Segurança do Regime e da Soberania Nacional 22

5 QUESTÕES RELEVANTES PARA A DISCUSSÃO 23

REFERÊNCIAS 24

ANEXO A – TABELA DE DELEGAÇÕES 26

1. APRESENTAÇÃO DA EQUIPE

1.1 Fernanda Costa – Diretora

Olá, delegadas e delegados! É um prazer recebê-los neste comitê e na 27ª edição do MINIONU. Meu nome é Fernanda Costa, tenho 20 anos e esta é a minha terceira participação no projeto. Minha primeira experiência no MINIONU foi como voluntária no comitê da ASEAN (2024), que discutiu o tráfico internacional de drogas na região do Triângulo Dourado. Essa vivência foi extremamente marcante, pois me apresentou áreas de estudo que despertaram um grande interesse acadêmico, especialmente a Ásia, região cuja complexidade política e diversidade cultural passaram a motivar cada vez mais meus estudos em Relações Internacionais. Ano passado atuei como Diretora Assistente no comitê do CSNU (2025), que abordou a regulamentação internacional frente ao ciberterrorismo. Essa experiência ampliou meu interesse pela área de segurança internacional, permitindo um contato mais aprofundado com temas contemporâneos e desafios emergentes da política global.

Em 2026, tenho o prazer de participar de mais uma edição do MINIONU, agora como Diretora do comitê da KEDO. Este comitê nasceu a partir de um momento de descobertas acadêmicas e pessoais para mim, e espero que também represente um espaço de aprendizado, reflexão e debate para todos vocês. Estou muito feliz em poder compartilhar este comitê, que está sendo preparado com muito carinho, dedicação e atenção. Estou verdadeiramente animada para receber cada um de vocês e tenho certeza de que, juntos, faremos desta edição do MINIONU uma experiência única e marcante em nossas trajetórias. Nos vemos em outubro!

1.1 Isabela Souza – Diretora Assistente

Olá, delegadas e delegados! Meu nome é Isabela Caroline, estou no 6º período de Relações Internacionais e me sinto muito honrada em assumir o cargo de Diretora Assistente neste comitê. Me apresentando um pouco, além de estudante, sou uma grande dorameira e completamente apaixonada por animais. Esta é a minha terceira vez fazendo parte do MINIONU: minha primeira experiência foi em 2021, no meu terceiro ano do ensino médio, atuando como delegada do Estado de Israel no comitê da AGNU (1950) sobre a Guerra das Coreias. No ano retrasado, retornei ao projeto como colaboradora, auxiliando na execução de diferentes funcionalidades da simulação. Depois disso, através do projeto de extensão da PUC Minas, realizei no ano passado um Modelo Intercolegial das Nações Unidas com o terceiro ano do ensino médio da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos, uma

experiência que foi extremamente gratificante para mim. Agora, retorno com muita alegria como Diretora Assistente da KEDO (2005).

Voltar a este ambiente me deixa ainda mais inspirada, especialmente por estarmos tratando de um tema que acompanha minha trajetória. Meu interesse pelas Coreias começou pelo contato cultural, mas rapidamente se expandiu para o estudo acadêmico da geopolítica, da estabilidade e das dinâmicas de poder no tabuleiro eurasiano e asiático. A crise de segurança na Península Coreana e os desafios da cooperação internacional que abordaremos na KEDO formam um cenário fascinante para entendermos as tensões da política global. Tenho certeza de que, ao longo dos dias de simulação, conseguiremos debater juntos essas problemáticas de forma engajada. Estou ansiosa para conhecer cada um de vocês e trabalhar para que esta edição seja inesquecível. Nos vemos em outubro, e sejam todos muito bem-vindos!

1.2 Lívia Maria – Diretora Assistente

Olá senhores e senhoras delegados! É uma grande honra poder participar da KEDO 2005 como diretora assistente. Meu nome é Lívia Maria, estou no segundo período do curso de Relações Internacionais. Minha relação com o MINIONU vem desde o ensino médio, quando participei como delegada nos meus três anos finais no colégio e posso dizer com muita confiança que participar desses debates foi fundamental para formar a pessoa que sou hoje. Voltei a ter contato com o evento no final do ano passado quando ingressei o curso e tive o prazer de ser voluntária no comitê da OMS.

Tenho uma paixão especial pelo estudo de conflitos internacionais, especialmente aqueles que envolvem o dilema da segurança nuclear, tema que considero um dos mais complexos e fascinantes das Relações Internacionais. Por isso, o comitê da KEDO desperta tanto meu interesse, ao abordar questões relacionadas à proliferação nuclear, segurança internacional e cooperação diplomática. Estou animada para contribuir com os trabalhos do comitê, apoiar os senhores ao longo dos debates e construir, junto a todos vocês, discussões enriquecedoras e produtivas. Tenho certeza de que esta edição do MINIONU será uma experiência marcante para todos. Sejam muito bem-vindos!

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

Scott D. Sagan (1996) argumenta que o fim da bipolaridade, caracterizada pela acirrada disputa geopolítica entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Guerra Fria, não significou o encerramento das preocupações nucleares no Sistema Internacional, destacando a persistência dos desafios da proliferação no pós-Guerra Fria.

> É importante reconhecer desde o início que o problema da proliferação nuclear será um problema crítico na segurança internacional num futuro previsível. [...] O problema de proliferação mais longo e duradouro será garantir que o número maior e continuamente crescente de Estados nucleares latentes mantenha o seu status de países não detentores de armas nucleares. Isto sublinha a importância política de abordar as fontes da demanda política por armas nucleares, em vez de se centrar principalmente nos esforços para salvaguardar os arsenais existentes de materiais nucleares e para restringir o fornecimento de tecnologia específica de armas dos "que têm" para os "que não têm" [1](Sagan 1996, p. 55-56, tradução nossa).

No contexto do Leste Asiático, essas preocupações tornam-se particularmente relevantes: a literatura sobre proliferação nuclear aponta que a busca por capacidades nucleares tende a ocorrer em ambientes marcados por rivalidades interestatais persistentes, dilemas de segurança[2], assimetrias de poder militar e ausência de garantias de segurança confiáveis (Sagan, 1996). Esses fatores estruturais estão fortemente presentes na Península Coreana em razão de sua divisão territorial permanente, da rivalidade militar entre Norte e Sul, da presença contínua de potências externas e da ausência de um regime de segurança regional estável, tornando-a um dos espaços mais sensíveis do sistema internacional no que se refere às dinâmicas de segurança nuclear, especialmente no contexto do desenvolvimento nuclear na região.

A divisão da Península Coreana teve início ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando os Aliados, representados principalmente pelos Estados Unidos e pela União Soviética (URSS), estabeleceram uma linha de ocupação no paralelo 38 (Oberdorfer; Carlin, 2014). A definição dessa linha foi realizada por autoridades militares norte-americanas, especificamente pelos coronéis Dean Rusk e Charles H. Bonesteel, e aceita pela União

---

[1] It is important to recognize from the start that the nuclear proliferation problem will be a critical problem in international security for the foreseeable future. [...] the longer-term and enduring proliferation problem will be ensuring that the larger and continually growing number of latent nuclear states maintain their non-nuclear weapons status. This underscores the policy importance of addressing the sources of the political demand for nuclear weapons, rather than focusing primarily on efforts to safeguard existing stockpiles of nuclear materials and to restrict the supply of specific weapons technology from the 'haves' to the 'have-nots'.

[2] O dilema de segurança é um conceito das Relações Internacionais que descreve situações em que medidas adotadas por um Estado para aumentar sua própria segurança, como o fortalecimento militar ou o desenvolvimento de novas capacidades estratégicas, são percebidas por outros Estados como ameaças. Isso pode gerar ciclos de desconfiança, corrida armamentista e aumento das tensões, mesmo quando nenhum dos atores possui intenções ofensivas (Jervis, 1978).

Soviética no contexto das decisões do pós-guerra. Essa separação deu origem a dois Estados com sistemas políticos, alianças e estruturas econômicas divergentes: a República da Coreia (Coreia do Sul) e a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte). A divisão foi consolidada após a Guerra da Coreia (1950–1953), conflito que reforçou a bipolaridade regional. A Coreia do Sul se alinhou aos Estados Unidos e passou por um longo período de regimes autoritários e ditaduras militares que, adotando um modelo desenvolvimentista de forte intervenção estatal, coordenaram o investimento externo e os conglomerados nacionais para impulsionar sua rápida industrialização, democratizando-se plenamente apenas no final da década de 1980. Já ao Norte, a República Popular Democrática da Coreia estabeleceu um regime socialista centralizado, aliado da União Soviética e da China (Vizentini; Pereira; Melchionna, 2015).

Mapa 1 – Península Coreana



Fonte: Dreamstime (2016)

A guerra representou a internacionalização de uma disputa doméstica que resultou na destruição infraestrutural de ambos os lados e na cristalização de identidades políticas

antagônicas. O conflito foi encerrado apenas por meio de um armistício[3], sem a assinatura de um tratado de paz formal, o que mantém as duas Coreias tecnicamente em estado de guerra até os dias atuais (Vizentini; Pereira; Melchionna, 2015). Essa condição contribuiu para a consolidação de uma rivalidade estrutural duradoura, marcada pela militarização intensa da região. A presença militar contínua dos Estados Unidos no Sul, contraposta ao alinhamento estratégico da Coreia do Norte com a União Soviética e a China, inseriu a península na lógica bipolar da Guerra Fria. O fechamento do regime norte-coreano em torno de uma política de militarização e autossuficiência reforçou percepções de ameaça permanentes entre as partes e ampliou o risco de escalada das tensões no âmbito da segurança regional.

Nesse cenário, a questão nuclear passou a ser interpretada pela Coreia do Norte como um instrumento estratégico de sobrevivência do regime e de dissuasão frente a adversários considerados militarmente superiores, sobretudo como forma de prevenir intervenções externas e garantir a continuidade do Estado. Essa percepção não é infundada, mas enraizada em um histórico de vulnerabilidade que remonta à Guerra da Coreia e à instalação de armas nucleares táticas estadunidenses no Sul em 1958, o que manteve a península sob ameaça direta por décadas (Cumings, 2005).

Assim, a crise nuclear coreana não pode ser compreendida apenas como um desafio ao regime de não proliferação, mas como uma resposta estratégica construída a partir de décadas de vulnerabilidade percebida, ameaças externas e ausência de garantias de segurança confiáveis no sistema regional. A partir desse contexto estrutural, torna-se necessário analisar de forma mais específica os eventos históricos e institucionais que moldaram a crise nuclear coreana (Cumings, 2005).

2.1 Origens da Instabilidade na Península Coreana

A consolidação formal da divisão da Coreia ocorreu em dezembro de 1945, com o Acordo de Moscou (1945). Esse tratado estabeleceu um regime de tutela (*trusteeship*) de cinco anos sobre a península coreana, sob a coordenação de uma comissão conjunta dos EUA e da URSS. Para o povo coreano, que esperava a independência imediata após a derrota japonesa, a imposição desta tutela internacional foi recebida com profunda insatisfação e resistência, visto que as potências aliadas agiam como novos administradores coloniais sob o pretexto de preparar o país para o autogoverno. Esse período de transição foi marcado por uma ruptura sociopolítica violenta, enquanto o Norte organizava-se em torno de comitês

[3] Armistício é um acordo formal para a suspensão das hostilidades entre dois ou mais beligerantes, não resolvendo necessariamente as causas políticas do conflito nem constituindo um tratado de paz definitivo (Armistice, Encyclopaedia Britannica, [s.d.]).

populares e de uma reforma agrária radical sob influência soviética, o Sul enfrentava uma ocupação estadunidense que buscava conter o avanço comunista, muitas vezes reaproveitando quadros administrativos e policiais que haviam colaborado com os colonizadores japoneses (Unzer, 2018).

A independência formal e a criação de dois Estados soberanos só ocorreriam em 1948, após o fracasso de sucessivas tentativas de unificação. Um marco decisivo foi a Resolução 112 da Assembleia Geral da ONU, em 1947, que previa eleições gerais supervisionadas em toda a península. Contudo, a liderança ao norte do Paralelo 38, com apoio soviético, recusou a entrada de observadores internacionais e a realização do pleito sob os termos da Organização das Nações Unidas, acreditando que o processo seria fraudulento. Como consequência, as eleições de 1948 supervisionadas pela ONU ocorreram apenas no Sul, levando à posse de Syngman Rhee e ao reconhecimento exclusivo da República da Coreia (Sul) pelas Nações Unidas como o governo legítimo, um status que duraria até a década de 1990. Paralelamente, o Norte proclamou a República Popular Democrática da Coreia sob Kim Il-sung, amparado pela URSS, criando uma disputa de legitimidade absoluta na qual cada regime reivindicava ser o único representante do povo coreano (Cumings, 2005).

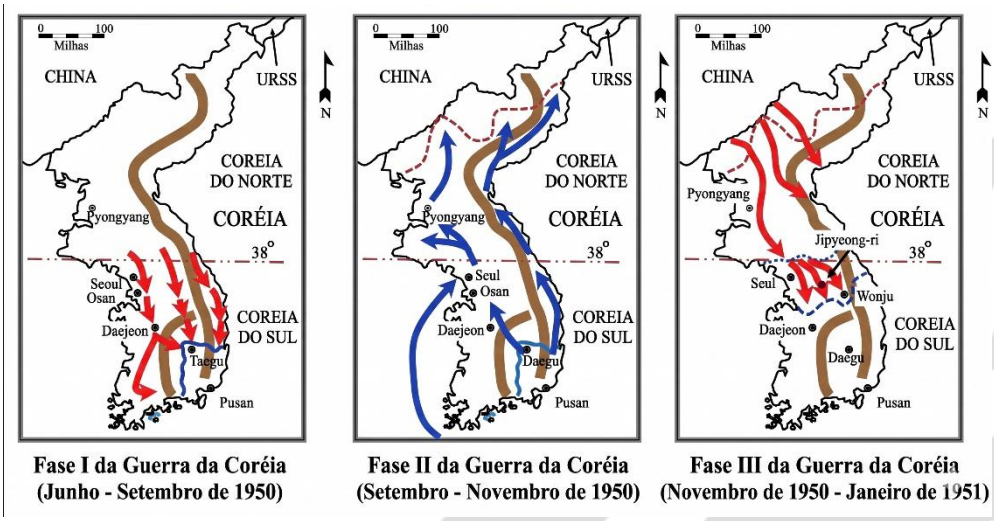
O período entre 1948 e 1950 é frequentemente retratado por uma narrativa tradicional de relativa paz na Península Coreana. No entanto, longe de constituir um intervalo de estabilidade, a região já vivia uma instabilidade crônica e um cenário de guerra civil não declarada. Revoltas populares em províncias como Yosu e na ilha de Jeju-do foram brutalmente reprimidas pelo governo de Syngman Rhee, com assistência técnica e militar dos Estados Unidos, enquanto choques armados ao longo do Paralelo 38 tornavam-se cada vez mais frequentes (Cumings, 2005). Assim, embora o início formal da Guerra da Coreia seja convencionalmente datado em 25 de junho de 1950, a península encontrava-se em estado de conflito latente desde 1948.

A guerra aberta não se limitou a um confronto convencional entre dois Estados recém-formados, mas representou a expansão de um conflito político, social e ideológico já em curso na península. Para a liderança norte-coreana, a ofensiva militar configurava uma “guerra popular”, entendida como a continuidade da revolução social iniciada no Norte em direção ao Sul. O avanço do Exército Popular da Coreia foi rápido e expressivo e, em poucos meses, as forças norte-coreanas ocuparam grande parte do território sul-coreano, encurralando as tropas da República da Coreia e seus aliados no chamado Perímetro de Pusan, organizado em torno da cidade portuária de Busan, localizada no extremo sul da Península Coreana. A posição geográfica dessa área revelou-se crucial para a manutenção das linhas de suprimento das forças da ONU, evidenciando o caráter dinâmico e instável do conflito, marcado por rápidas mudanças territoriais e pela ausência de uma linha de frente fixa nos primeiros meses da guerra (United States Army, 1992).

Nas áreas ocupadas, o governo do Norte restabeleceu comitês populares e implementou reformas agrárias radicais, redistribuindo terras e mobilizando o apoio de parcelas da população camponesa. Esse fator ampliou a instabilidade interna no Sul, que passou a enfrentar não apenas o avanço militar do Norte, mas também resistência política e social em sua retaguarda, o que contribuiu para a intensificação e complexificação do conflito (Vizentini; Pereira; Melchionna, 2015).

A internacionalização da guerra ocorreu de forma quase imediata. Em razão do boicote soviético ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, motivado pelo não reconhecimento da República Popular da China e pela permanência da República da China (atual Taiwan) como representante chinesa na ONU, os Estados Unidos conseguiram aprovar as Resoluções 82, 83, 84 e 85 do CSNU, todas adotadas em 1950 (Cumings, 2005). Essas resoluções condenaram a ofensiva norte-coreana, recomendaram assistência militar à República da Coreia e estabeleceram um comando unificado sob liderança norte-americana, legitimando a intervenção armada sob a bandeira das Nações Unidas e transformando o conflito coreano em um dos primeiros confrontos armados diretos da Guerra Fria (Oberdorfer; Carlin, 2014). A partir desse momento, a guerra deixou de ser apenas uma disputa intra-peninsular e passou a integrar a lógica mais ampla da rivalidade entre as superpotências.

Mapa 2 – As Fases da Guerra da Coreia (1950–1951)



Fonte: Combat Studies Institute (2019)

O equilíbrio inicial do conflito foi alterado em setembro de 1950 com o desembarque das forças norte-americanas em Incheon, próximo a Seul. Essa operação permitiu o corte das linhas de suprimento norte-coreanas e forçou uma retirada estratégica das tropas do Norte. Em seguida, Washington redefiniu seus objetivos políticos e militares: a contenção do comunismo no Paralelo 38 foi substituída por uma política voltada à destruição da República

Popular Democrática da Coreia e à unificação da península sob a autoridade da República da Coreia (Appleman, 1992).

No entanto, o avanço das forças da ONU em direção ao Yalu, uma fronteira crítica, provocou a entrada da China no conflito (Chen, 1994). Motivada tanto pela ameaça à sua segurança quanto pela obrigação histórica de apoiar os aliados norte-coreanos, a intervenção chinesa iniciada em outubro de 1950 foi decisiva para reverter o curso da guerra. Utilizando táticas de cerco e guerrilha em larga escala, as tropas chinesas empurraram as forças da ONU novamente para o sul do Paralelo 38, levando o conflito a um impasse militar prolongado a partir de 1951.

Diante da impossibilidade de uma vitória terrestre definitiva, os Estados Unidos intensificaram os bombardeios aéreos sobre o Norte, adotando uma estratégia de destruição sistemática da infraestrutura urbana, industrial e agrícola (Cumings, 2005). O uso massivo de napalm[4] e a ameaça recorrente de emprego de armas nucleares marcaram profundamente a memória histórica norte-coreana. Essa experiência traumática contribuiu para a consolidação de uma percepção permanente de ameaça externa, reforçando a militarização do regime norte-coreano e fazendo da segurança um elemento central na organização do Estado.

A partir de junho de 1951, o conflito atingiu um estágio de exaustão mútua, transformando-se em uma desgastante guerra de posições em torno do Paralelo 38º. Embora as negociações tenham se iniciado pouco depois, os combates violentos persistiram por mais dois anos, encerrando-se formalmente apenas em 27 de julho de 1953, com a assinatura do Armistício de Panmunjeom (1953) (Cumings, 2005).

Este documento foi firmado pelo Comando das Nações Unidas (liderado pelos EUA), pelo Exército Popular da Coreia (Norte) e pelos Voluntários do Povo Chinês. Contudo, o governo da Coreia do Sul, sob a liderança de Syngman Rhee, recusou-se explicitamente a assinar o tratado, pois Rhee defendia a continuidade da guerra até a unificação total da península sob o comando de Seul. Como resultado, a guerra não solucionou as causas profundas do conflito: ao contrário, consolidou a divisão da península, institucionalizando uma separação que até então era apresentada como provisória. Essa divisão foi materializada na criação da Zona Desmilitarizada, uma faixa de 4 km de largura e 250 km de extensão que corta a península, vigiada ininterruptamente por um milhão de soldados de ambos os lados (Vizentini; Pereira; Melchionna, 2015).

[4] Napalm é um líquido gelatinoso altamente inflamável, composto originalmente por gasolina e sais de alumínio, que provoca incêndios intensos e duradouros. Utilizado em guerras como a da Coreia, teve seu uso posteriormente restringido pela ONU, especialmente contra alvos civis.

Mapa 3 – Mapa simplificado da Zona Desmilitarizada da Coreia (DMZ)



Fonte: Tatiraju (2012)

A ausência de um tratado de paz formal entre as duas Coreias consolidou uma rivalidade estrutural duradoura e contribuiu para a manutenção de um ambiente de insegurança regional. Nesse contexto, Coreia do Norte e Coreia do Sul passaram a seguir trajetórias de desenvolvimento distintas, moldadas por diferentes escolhas políticas, econômicas e ideológicas. No caso norte-coreano, a devastação quase total causada pelos bombardeios aéreos durante a Guerra da Coreia, somada à experiência recorrente de ameaças nucleares e à presença militar permanente dos Estados Unidos no Sul, contribuiu para a construção de uma percepção permanente de vulnerabilidade externa (Vizentini; Pereira; Melchionna, 2015). A Guerra da Coreia deixou um legado de destruição humana e material de grandes proporções. Estima-se que o número de mortos tenha ultrapassado os dois milhões de pessoas, entre civis e combatentes, além de milhões de feridos e deslocados, em uma península praticamente devastada pelos combates e bombardeios intensos (Britannica, 2025).

Nesse contexto, a militarização do Estado passou a ser justificada pelo regime como condição indispensável para a preservação da soberania nacional. Para Pyongyang, o desenvolvimento de capacidades nucleares não representa um instrumento ofensivo, mas sim um mecanismo de dissuasão extrema, destinado a elevar os custos de qualquer tentativa de intervenção externa ou mudança de regime. Assim, o programa nuclear é concebido como a etapa mais avançada de uma estratégia de sobrevivência em um ambiente regional percebido como permanentemente hostil e sem garantias de segurança confiáveis (Rato; Pires de lima, 2008).

Enquanto o Norte se fechava, o Sul, inicialmente empobrecido, passou por uma transformação radical nas décadas seguintes, tornando-se um dos "Tigres Asiáticos" [5](Ricardo; Marcos; Ramos, 2025). O país saiu de uma situação de extrema pobreza para se tornar uma potência econômica e tecnológica, mantendo, contudo, uma forte dependência de segurança dos Estados Unidos, com milhares de tropas americanas ainda estacionadas em seu solo.

Para além da força militar, a rivalidade entre as duas Coreias também é alimentada por uma crise de legitimidade política. Tanto a Coreia do Norte quanto a Coreia do Sul possuem constituições que afirmam ter soberania sobre toda a península, tratando o outro lado como ilegítimo ou como um território ocupado (Ricardo; Marcos; Ramos, 2025). Essa lógica de soma zero, em que o reconhecimento de um Estado parece negar a existência do outro, dificulta o diálogo e a construção de confiança. Nesse contexto, espaços de negociação como a Korean Peninsula Energy Development Organization (KEDO)[6], tornam-se fundamentais para administrar as tensões e evitar que a situação de guerra formalmente não encerrada volte a transformar e um conflito armado.

2.2 A Crise Nuclear Norte-Coreana e seus Impactos Internacionais

A opção nuclear da Coreia do Norte (RPDC) remonta ao período imediatamente posterior à Guerra da Coreia, quando em um ambiente regional altamente hostil, a liderança da RPDC passou a buscar mecanismos que garantissem sua sobrevivência. Segundo Vizentini, Pereira e Melchionna (2015, p. 105), o investimento em um programa nuclear passou a integrar a doutrina Juche[7]-Songun[8] da Coreia do Norte. Assim como o regime buscava autonomia política e econômica, buscava também autonomia securitária por meio do desenvolvimento de capacidades nucleares.

Assim como o regime buscava autonomia política e econômica, buscava também autonomia securitária por meio do programa nuclear.” Menos de três anos após o armistício, a União Soviética e a RPDC firmaram acordos de cooperação para a transferência de tecnologia nuclear, oficialmente voltados para fins pacíficos e científicos, como o acordo de

[5] Os "Tigres Asiáticos" são as economias de Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong (então sob administração britânica), que passaram por acelerados processos de industrialização e crescimento econômico entre as décadas de 1960 e 1990 (Oberdorfer; Carlin, 2014)

[6] Organização para o Desenvolvimento de Energia da Península Coreana (tradução nossa).

[7] Juche é a ideologia estatal da Coreia do Norte, desenvolvida por Kim Il-Sung. Ela enfatiza a independência política, econômica e militar, sustentando que o povo deve ser o principal agente de seu próprio destino e que o país deve manter sua soberania sem depender de poderes externos (Juche, Encyclopaedia Britannica).

[8] Songun é a política “military-first” (militares em primeiro lugar) da Coreia do Norte, que prioriza o Exército Popular da Coreia nos assuntos de Estado e na alocação de recursos, guiando a vida política e econômica e servindo como ideologia orientadora da sociedade norte-coreana (Beal, 2020)

cooperação nuclear assinado em 1959, que posteriormente viabilizou o fornecimento do reator de pesquisa IRT-2000 e a formação do complexo nuclear de Yongbyon (Columbia Law School, 2026). Essas tratativas inseriram o programa nuclear norte-coreano na dinâmica de difusão tecnológica promovida por Moscou no contexto da bipolaridade da Guerra Fria, permitindo que capacidades estratégicas fossem desenvolvidas sob o discurso do uso civil da energia nuclear.

Na década de 1960, essa cooperação começou a se materializar por meio da construção das primeiras infraestruturas nucleares no território norte-coreano. Em 1964, após o primeiro teste nuclear da China, Kim Il-Sung buscou apoio tecnológico junto a Pequim, pedido que foi recusado. Mao Zedong teria desestimulado a Coreia do Norte a perseguir um programa nuclear próprio, questionando a necessidade de um investimento dessa magnitude.

Diante dessa negativa, a Ruptura Sino-Soviética tornou-se decisiva. Kim Il-Sung soube explorar a rivalidade ideológica e geopolítica entre as potências, adotando uma diplomacia de barganha para extrair benefícios de ambos os lados (Unzer, 2018). Para Moscou, fornecer tecnologia nuclear a Pyongyang representava uma forma estratégica de conter a influência chinesa na península e garantir que a Coreia do Norte não gravitasse totalmente para a órbita de Pequim. Em 1965, os soviéticos forneceram à RPDC um reator de pesquisa de 4 megawatts, o IRT-2000, instalado no complexo nuclear de Yongbyon. Esse reator teve papel central na formação técnica de cientistas e engenheiros norte-coreanos e na consolidação do Centro de Pesquisa Científica Nuclear. Ainda que o discurso oficial enfatizasse finalidades pacíficas, como pesquisa científica e produção de energia, o domínio progressivo do ciclo do combustível nuclear passou a ampliar, ainda que de forma indireta, as capacidades estratégicas do regime.

Para compreender as raízes e a complexidade da crise nuclear coreana, é fundamental entender o problema estrutural do uso dual da tecnologia nuclear. A mesma infraestrutura e os mesmos materiais utilizados para a geração pacífica de energia elétrica possuem o potencial de serem direcionados para a fabricação de armamentos (SAGAN, 2011). No caso específico da Coreia do Norte, o programa original desenvolvido no complexo de Yongbyon operava com reatores moderados a gás-grafite e movidos a urânio natural. Essa tecnologia é particularmente sensível para a proliferação, pois seu ciclo de queima é ideal para a produção rápida e em larga escala de plutônio, que, após o devido reprocessamento, converte-se no combustível de alta qualidade necessário para a construção de armas atômicas (CUMINGS, 2005).

Diante dessa ameaça técnica, o grande trunfo diplomático do *Agreed Framework* de 1994, e consequentemente o objetivo central da KEDO, foi substituir essas instalações perigosas por reatores de água leve (LWR). O combustível irradiado por esse modelo de reator não se presta facilmente à produção de plutônio com fins bélicos, o que diminuiria

drasticamente o risco de proliferação na península (ALVIM; MAFRA; VARGAS, 2018; CUMINGS, 2005). O colapso desse arranjo multilateral, no entanto, ocorreu no início dos anos 2000, justamente quando os Estados Unidos descobriram que, estando com sua rota de plutônio congelada pelas inspeções e pelos acordos, o regime norte-coreano buscou de forma clandestina uma rota tecnológica alternativa para a obtenção de artefatos atômicos: o enriquecimento de urânio em instalações secretas (ALVIM; MAFRA; VARGAS, 2018).

Figura 1 – Usina Nuclear de Yongbyon



Fonte: BBC (2019)

Durante as décadas de 1970 e 1980, o programa nuclear norte-coreano passou por uma expansão significativa. Nesse período, e ainda no contexto da cooperação nuclear com a União Soviética, a RPDC passou a integrar formalmente algumas instituições do regime internacional nuclear. Em setembro de 1974, o país ingressou na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e, em julho de 1977, o complexo nuclear de Yongbyon passou a estar submetido a salvaguardas internacionais de caráter limitado. Contudo, essas medidas não implicaram, naquele momento, um regime de inspeções aprofundadas, nem eliminaram as ambiguidades em torno das reais capacidades nucleares do país.

A relação entre a RPDC e a AIEA assumiu um novo caráter a partir de 1992, quando a agência passou a realizar inspeções mais abrangentes, revelando inconsistências entre as declarações norte-coreanas e os dados técnicos obtidos, especificamente indícios de que o regime havia reprocessado uma quantidade de plutônio superior às gramas que havia reportado oficialmente (Rato; Pires de lima, 2008). Em resposta a essas discrepâncias, a AIEA utilizou uma cláusula do Acordo de Garantias e solicitou 'inspeções especiais' em dois depósitos de resíduos nucleares em Yongbyon para verificar o histórico de produção desde 1989, uma demanda que Pyongyang rejeitou veementemente, alegando que as evidências da agência eram baseadas em espionagem norte-americana e violavam sua soberania (Vizentini; Pereira; Melchionna, 2015).

O fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, em 1991, reduziram significativamente as garantias políticas e econômicas da RPDC, aprofundando sua percepção de isolamento e ameaça. Inserido nesse contexto estrutural, o impasse em torno do programa nuclear norte-coreano evoluiu para uma crise diplomática de grandes proporções em 12 de março de 1993, com o anúncio da intenção de retirada do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). A adesão da RPDC ao tratado havia ocorrido em 1985, sob forte pressão da União Soviética, mas o regime vinculou a aceitação das salvaguardas completas da AIEA à retirada das armas nucleares táticas que os Estados Unidos mantinham na Coreia do Sul, o que só foi anunciado por Washington no final de 1991 (Alvim, Mafra, Vargas, 2018). A ameaça de saída do TNP e a recusa contínua às inspeções levaram os Estados Unidos a considerar a imposição de sanções no Conselho de Segurança da ONU e até a cogitar ataques aéreos cirúrgicos contra as instalações de Yongbyon, o que a Coreia do Norte declarou que consideraria um ato de guerra. Embora a retirada do tratado tenha sido suspensa temporariamente em junho de 1993 após conversas bilaterais. Embora a questão nuclear norte-coreana tenha se agravado nos anos seguintes, culminando na retirada da RPDC do TNP em 2003, a crise de 1994 representou um dos momentos de maior tensão militar entre Washington e Pyongyang. Naquele contexto, o regime voltou a ameaçar o abandono definitivo do tratado e a retomada do reprocessamento de plutônio (Rato; Pires de lima, 2008).

O *Agreed Framework* (Acordo-Quadro) foi firmado em 21 de outubro de 1994, em Genebra, entre os Estados Unidos e a República Popular Democrática da Coreia, como resposta direta à primeira grande crise nuclear da Península Coreana ocorrida entre 1993 e 1994. Este tratado foi viabilizado após a mediação diplomática do ex-presidente Jimmy Carter, cujo diálogo com Kim Il-Sung logrou reduzir as tensões de um possível conflito armado. Pelo acordo, a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) comprometeu-se a congelar imediatamente seus reatores moderados a grafite, tecnologia que permitia a extração de plutônio para fins militares, e a permanecer como Estado-membro do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), permitindo o monitoramento da AIEA (Alvim; Mafra; Vargas,

2018). Em contrapartida, a administração de Clinton liderou o compromisso de fornecer incentivos energéticos e diplomáticos, que incluíam o envio anual de 500.000 toneladas de petróleo pesado e a substituição da infraestrutura nuclear norte-coreana por dois reatores de água leve (LWR), considerados menos propensos à proliferação. Além das compensações técnicas, o documento previa a normalização gradual das relações políticas e a garantia formal de que os Estados Unidos não utilizariam armas nucleares contra o regime.

Entretanto, a implementação do acordo foi minada por desconfianças mútuas, pois, enquanto Pyongyang era acusada de manter um programa secreto de enriquecimento de urânio, o lado norte-americano enfrentava dificuldades políticas internas que geraram atrasos crônicos no cronograma das obras e na entrega dos suprimentos prometidos (Albert; Maizland; Fong, 2024). A execução dos termos energéticos estabelecidos pelo *Agreed Framework* exigiu a criação de um arranjo institucional próprio, levando à formação da *Korean Peninsula Energy Development Organization* (KEDO), concebida como o principal instrumento operacional do acordo.

2.3. A Atuação Internacional e o Papel da KEDO

A criação da KEDO não ocorreu em um vácuo, mas foi uma resposta institucional às drásticas mudanças geopolíticas da década de 1990. Diferentemente das décadas anteriores, marcadas pelo equilíbrio bipolar, o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética deixaram a Coreia do Norte isolada. O impacto econômico foi imediato e devastador: Moscou encerrou o fornecimento de petróleo a preços subsidiados e passou a exigir pagamentos em divisas fortes (dólares), o que a economia norte-coreana não possuía. Sem combustível, a indústria e a agricultura mecanizada do Norte entraram em colapso, criando uma crise de sobrevivência para o regime. Nesse cenário de vulnerabilidade extrema, o programa nuclear de Pyongyang deixou de ser apenas uma ferramenta de defesa para se tornar uma moeda de troca diplomática indispensável para a sobrevivência econômica do regime, utilizando a ameaça atômica para barganhar a assistência energética que antes recebia de seus aliados.

Contudo, a instabilidade na península não era alimentada apenas pelo Norte. Frequentemente omitido nas narrativas convencionais, a Coreia do Sul também perseguiu suas próprias ambições nucleares. Durante a década de 1970, sob a ditadura de Park Chung Hee, Seul iniciou um programa secreto de reprocessamento de plutônio e desenvolvimento de mísseis. Essa decisão foi uma resposta direta à "Doutrina Nixon" e à retirada parcial das tropas norte-americanas da região, o que gerou em Seul o temor de um abandono militar pelos Estados Unidos. O governo sul-coreano chegou a negociar a compra de instalações de reprocessamento da França e obteve especificações para mísseis *Atlas Centaur* de empresas norte-americanas. Embora pressionado pelos Estados Unidos a desistir, o desenvolvimento

tecnológico latente do Sul manteve o Norte em estado de alerta permanente, justificando a necessidade de um acordo que garantisse a desnuclearização de toda a península, e não apenas de um lado (Cumings, 2005).

Nesse sentido, a KEDO foi concebida como o principal instrumento responsável por financiar e supervisionar a substituição dos reatores moderados a grafite por reatores de água leve, considerados menos suscetíveis à proliferação nuclear, além do fornecimento provisório de energia ao Norte. A estrutura da organização refletia essa necessidade de estabilidade regional, embora liderada politicamente pelos EUA, o financiamento e a execução técnica dependiam fortemente da Coreia do Sul e do Japão, com a adesão posterior da União Europeia e outros países, internacionalizando os custos da contenção nuclear.

2.3.1. A Mudança de Paradigma: Da Hostilidade à "Sunshine Policy"

A viabilidade da KEDO dependia intrinsecamente de uma mudança na postura de Seul. Afastando-se da política de confronto direto das ditaduras militares anteriores, a Coreia do Sul, sob a liderança democrática de Kim Dae-jung (eleito em 1997), adotou a "Política da Luz do Sol" (*Sunshine Policy*). Inspirada na fábula de Esopo “O vento do Norte e o Sol”, em que o calor, e não a força, faz o viajante tirar o casaco, essa política rejeitava a "unificação por absorção" (o colapso súbito do Norte, temido após a observação dos custos exorbitantes da reunificação alemã). Em vez disso, Seul passou a priorizar a coexistência pacífica e a integração econômica gradual, utilizando a KEDO como um canal vital de engajamento.

Essa nova abordagem culminou na histórica cúpula de junho de 2000 em Pyongyang entre Kim Dae-jung e Kim Jong Il, onde se estabeleceu uma cooperação inédita e a promessa de reconciliação nacional independente de potências estrangeiras. Para a Coreia do Sul, a KEDO não era apenas um mecanismo de não proliferação, mas a espinha dorsal de uma estratégia para evitar a guerra e gerenciar a estabilidade peninsular através da interdependência energética. Assim, o objetivo passou a ser a coexistência pacífica e a ajuda econômica para elevar o padrão de vida do Norte gradualmente antes de qualquer unificação política.

2.3.2. A Crise de 2005

Apesar desses avanços, a arquitetura de segurança ruiu no início dos anos 2000. A chegada da administração Bush nos EUA e a inclusão da Coreia do Norte no "Eixo do Mal" alteraram o cálculo estratégico de Pyongyang. Em 2002, a revelação de um programa secreto de enriquecimento de urânio aprofundou a crise entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte. A Coreia do Norte, sentindo-se ameaçada pela postura agressiva de Washington e temendo

um ataque preventivo similar ao planejado para o Iraque, admitiu o programa como uma forma de "dissuasão física" (Cumings, 2005).

Em resposta à suspensão do fornecimento energético, o governo norte-coreano declarou que o acordo havia sido violado e passou a questionar abertamente sua permanência nos compromissos de não proliferação. A retirada formal da Coreia do Norte do TNP, em 2003, e a expulsão dos inspetores da AIEA de Yongbyon marcaram o colapso do *Agreed Framework* de 1994, evidenciando as limitações do regime internacional de não proliferação diante de Estados que percebem tais compromissos como incompatíveis com sua sobrevivência estratégica (Cumings, 2005).

Sem os canais bilaterais da KEDO funcionando efetivamente, a crise exigiu uma nova abordagem diplomática, resultando na criação das "Conversações de Seis Partes" (*Six-Party Talks*) em 2003, envolvendo EUA, as duas Coreias, China, Japão e Rússia. No entanto, em 2005, o cenário é de impasse crítico: a KEDO está paralisada, a desconfiança entre Washington e Pyongyang atinge níveis históricos e o fracasso da Conferência de Revisão do TNP em maio de 2005, evidencia as limitações do regime internacional diante de Estados que percebem tais compromissos como incompatíveis com sua sobrevivência estratégica (Council on Foreign Relations, 2007).

3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ

A Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana (*Korean Peninsula Energy Development Organization* – KEDO) foi criada em 1995 como um arranjo institucional multilateral responsável por implementar os compromissos energéticos estabelecidos no *Agreed Framework* firmado entre os Estados Unidos e a República Popular Democrática da Coreia. A organização tinha como mandato central supervisionar, financiar e executar a substituição dos reatores nucleares norte-coreanos moderados a grafite por dois reatores de água leve, considerados tecnologicamente menos suscetíveis à proliferação nuclear.

Além da construção dos reatores, a KEDO era responsável pelo fornecimento provisório de energia à Coreia do Norte, por meio do envio anual de petróleo pesado[9], de modo a compensar o congelamento e o posterior desmantelamento das instalações nucleares sensíveis à proliferação. A estrutura da organização refletia seu caráter multilateral: embora politicamente liderada pelos Estados Unidos, a execução técnica e o financiamento dependiam majoritariamente da República da Coreia e do Japão, com a participação de membros associados e observadores, o que internacionalizou tanto os custos quanto as responsabilidades do processo de não proliferação na Península Coreana.

A Conferência de Revisão da KEDO (2005) é um comitê histórico que simula uma reunião extraordinária da Organização para o Desenvolvimento de Energia da Península Coreana, a KEDO, no ano de 2005. Neste momento, a organização enfrenta uma das maiores crises de sua existência. Criada em 1995 como parte de um acordo entre Estados Unidos e Coreia do Norte, a KEDO tinha a importante missão de construir reatores nucleares de água leve e fornecer combustível em troca do congelamento do programa nuclear norte-coreano. No entanto, a descoberta de que a Coreia do Norte mantinha um programa secreto de enriquecimento de urânio, sua saída do Tratado de Não Proliferação Nuclear em 2003 e a suspensão das obras dos reatores deixaram a organização em uma encruzilhada.

Em 2005, a situação é delicada e incerta. O acordo original que deu origem à KEDO está praticamente rompido. As conversas entre os Seis Países (*Six-Party Talks*) seguem em andamento, mas sem resultados concretos. O sistema internacional acaba de testemunhar o fracasso da Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear, o que abala a confiança no sistema global de controle de armas nucleares.

Neste comitê, os delegados serão responsáveis por avaliar a situação atual e as perspectivas futuras da KEDO. Os debates deverão examinar o papel da organização como

[9] Petróleo pesado é um tipo de petróleo bruto com elevada viscosidade e densidade, tornando seu processamento mais complexo do que o do petróleo convencional. No âmbito do Agreed Framework de 1994, seu fornecimento à Coreia do Norte foi utilizado como compensação energética pelo congelamento de parte de seu programa nuclear (SLB, 2016).

instrumento de cooperação internacional, bem como suas limitações operacionais e estruturais diante do cenário de instabilidade vigente. Nesse processo, serão abordados temas como a segurança nuclear, a diplomacia regional e os desafios inerentes à manutenção de uma organização internacional em um ambiente marcado por incertezas.

É fundamental lembrar que se trata de uma simulação histórica, todas as discussões, propostas e decisões tomadas durante a conferência devem se basear exclusivamente em informações, eventos e contextos conhecidos até outubro de 2005. Isso significa que fatos ocorridos após essa data não devem ser utilizados como referência nos debates.

Adicionalmente, a partir das experiências acumuladas pela KEDO e das fragilidades evidenciadas no regime de não proliferação, o comitê poderá elaborar um documento de recomendações a ser encaminhado como contribuição política para uma futura Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Tal documento deverá refletir as lições extraídas do caso norte-coreano, sem caráter vinculante, buscando oferecer subsídios para o aperfeiçoamento dos mecanismos internacionais de controle e cooperação nuclear.

A Conferência de Revisão da KEDO acontecerá nos dias 11 a 13 de outubro de 2005, dentro da programação do MINIONU. O comitê será conduzido no formato de moderação tradicional. Teremos a participação de 52 delegados que atuarão em 26 duplas, representando países membros, observadores e organizações internacionais com atuação relevante no tema.

4. PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS DO COMITÊ

Nesta seção, serão apresentados de forma sintética os principais posicionamentos e interesses dos atores envolvidos nos debates da Conferência de Revisão da KEDO (2005). Embora o comitê seja formalmente composto por membros executivos, membros associados e observadores, essa classificação possui caráter essencialmente procedimental, estando relacionada aos direitos de participação, apresentação de propostas e votação no âmbito da conferência.

Entretanto, tais categorias institucionais não determinam necessariamente os posicionamentos políticos das delegações. Ao longo das negociações, os diferentes atores poderão aproximar-se de coalizões e perspectivas distintas, de acordo com seus interesses estratégicos, percepções de segurança e objetivos em relação à questão nuclear na Península Coreana. Assim, os agrupamentos apresentados a seguir têm como finalidade auxiliar a compreensão das principais tendências de debate que poderão emergir durante as discussões, sem substituir a estrutura formal de funcionamento do comitê.

Ressalta-se, ainda, que a cooperação entre as delegações será fundamental para a condução dos trabalhos, uma vez que todas as 26 representações possuem papel relevante na construção de consensos e na elaboração de soluções para os desafios apresentados pela crise nuclear norte-coreana.

4.1. Bloco da Condicionalidade e da Desnuclearização Rigorosa

Os atores alinhados a essa posição entendem que a continuidade da KEDO e de qualquer forma de cooperação com a Coreia do Norte deve estar condicionada ao cumprimento de compromissos claros, verificáveis e imediatos de desnuclearização. Para esse grupo, a revelação do programa secreto de enriquecimento de urânio comprometeu a credibilidade do Agreed Framework e exige mecanismos mais rigorosos de monitoramento e fiscalização.

Tendem a aproximar-se dessa perspectiva os Estados Unidos da América, o Japão, o Reino Unido, a República Federal da Alemanha, a República Francesa, o Canadá, a Comunidade da Austrália, a Nova Zelândia, a República da Polônia, a República Argentina, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e o Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento (UNODA).

Entre as principais propostas desse grupo estão o fortalecimento dos mecanismos de verificação, a ampliação das inspeções internacionais e a vinculação de benefícios econômicos e energéticos ao cumprimento efetivo dos compromissos de não proliferação.

4.2. Bloco do Engajamento Diplomático e da Estabilidade Regional

Os atores alinhados a essa posição argumentam que o isolamento da Coreia do Norte pode aumentar os riscos de instabilidade regional e comprometer as perspectivas de desnuclearização. Para esse grupo, a cooperação econômica, a assistência energética e o diálogo diplomático permanecem instrumentos fundamentais para reduzir tensões e construir confiança entre as partes.

Tendem a aproximar-se dessa perspectiva a República da Coreia (Coreia do Sul), a República Popular da China, a Federação da Rússia, a República da Índia, a República da Indonésia, a Malásia, o Reino da Tailândia, a República Socialista do Vietnã, a República Islâmica do Irã, a República Federativa do Brasil, a República do Cazaquistão, a República do Uzbequistão e a Comissão Europeia.

As principais reivindicações desse grupo incluem a preservação dos canais diplomáticos, a manutenção da assistência energética, a busca por mecanismos graduais de desnuclearização e a oferta de garantias de segurança que reduzam as percepções de ameaça na Península Coreana.

4.3. Bloco da Segurança do Regime e da Soberania Nacional

Representada principalmente pela República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), essa posição sustenta que a questão nuclear não pode ser analisada apenas sob a ótica da não proliferação, mas também das ameaças percebidas à sobrevivência do regime. Segundo essa visão, o desenvolvimento de capacidades nucleares constitui uma forma legítima de dissuasão diante da superioridade militar dos Estados Unidos e da ausência de garantias formais de segurança.

A Coreia do Norte tende a defender o cumprimento integral dos compromissos energéticos assumidos pela KEDO, a retomada dos projetos originalmente previstos pelo Agreed Framework, a concessão de garantias de não agressão e o reconhecimento de suas preocupações de segurança como elemento central de qualquer negociação futura.

5 QUESTÕES RELEVANTES PARA A DISCUSSÃO

Das problemáticas a serem abordadas no comitê:

- Como fortalecer os sistemas de monitoramento e fiscalização sem aprofundar a desconfiança entre as partes envolvidas?
- Quais compromissos permanecem realistas e quais se tornaram politicamente ou financeiramente inviáveis?
- Quais devem ser as respostas institucionais a retiradas unilaterais de tratados internacionais de segurança?
- Em que medida a experiência da KEDO evidencia limitações estruturais do Tratado de Não Proliferação Nuclear, e que tipos de ajustes ou mecanismos complementares poderiam ser considerados para lidar com casos de não conformidade e perda de confiança?
- A cooperação energética ainda pode funcionar como instrumento legítimo de barganha diplomática ou sua credibilidade foi comprometida de forma irreversível após as sucessivas crises de confiança?
- Como equilibrar demandas humanitárias e energéticas imediatas com preocupações de longo prazo relacionadas à segurança nuclear?
- A ausência de um tratado de paz formal na Península Coreana limita estruturalmente qualquer iniciativa de desnuclearização?
- Existem modelos alternativos de cooperação energética que poderiam substituir os reatores de água leve sem comprometer os objetivos de não proliferação?

REFERÊNCIAS

ALBERT, Eleanor; MAIZLAND, Lindsay; FONG, Clara. North Korean nuclear negotiations. **Council on Foreign Relations — Timelines**. Disponível em: https://www.cfr.org/timelines/north-korean-nuclear-negotiations. Acesso em: 8 jan. 2026.

ALVIM, M.; MAFRA, G.; VARGAS, E. A desnuclearização das Coreias: economia e energia. [S. l.], 2018. Disponível em: https://ecen.com.br/?page_id=2361.Acesso em: 06 jan. 2026.

BEAL, Rich. **Songun North Korea: EXPLAINED**. In: KORYO TOURS. Blog. [S. l.], 14 out. 2020. Disponível em: https://koryogroup.com/blog/songun-songun-north-korea. Acesso em: 3 mar. 2026.

APPLEMAN, Roy E. **South to the Naktong, North to the Yalu**: (June–November 1950). Washington, D.C.: Center of Military History, United States Army, 1992.

CHEN, Jian. **China's Road to the Korean War**: the making of the Sino-American confrontation. New York: Columbia University Press, 1994. Disponível em: https://michaelharrison.org.uk/wp-content/uploads/2022/06/Chinas-Road-to-the-Korean-War-Chen-Jian-Columbia-University-Press-New-York-1994.pdf. Acesso em: 11 de jan 2026

COLUMBIA UNIVERSITY. Center for Korean Legal Studies. **North Korea's Nuclear Program: a history**. New York, 2026. Disponível em: https://kls.law.columbia.edu/content/north-koreas-nuclear-program-history#:~:text=The%20Origins%20of%20North%20Korea%27s,of%20guaranteeing%20North%20Korean%20security. Acesso em: 3 mar. 2026.

CUMINGS, Bruce. **Korea's place in the sun: a modern history**. Updated ed. New York: W. W. Norton & Company, 2005. Disponível em: https://archive.org/details/KoreasPlaceInTheSunBruceCumings/mode/2up. Acesso em: 26 jan. 2026.

EncycloPaedia Britannica, **ARMISTICE**. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/armistice-law. Acesso em: 21 jan. 2026.

EncycloPaedia Britannica. **JUCHE**. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Juche. Acesso em: 15 jan. 2026.

Encyclopaedia Britannica. **Korean War.** Disponível em: https://www.britannica.com/event/Korean-War. Acesso em: 22 jan. 2026

LI, Nan. **Military-First Politics and Building a 'Powerful and Prosperous Nation' in North Korea**. [S. l.]: Nautilus Institute, 27 jun. 2001. Disponível em: https://nautilus.org/napsnet/napsnet-policy-forum/military-first-politics-and-building-a-powerful-and-prosperous-nation-in-north-korea/. Acesso em: 15 jan. 2026

UNZER, Emiliano. **A montanha e o urso: uma história da Coreia**. [S. l.]: Amazon Independent Publishing, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325630840_A_Montanha_e_o_Urso_Uma_Historia_da_Coreia. Acesso em: 26 jan. 2026.

MARTINS, Marco António. **As duas Coreias: zona crítica de tensão internacional**. *Janus*, Lisboa, v. 2, n. 13, p. 78–79. Disponível em:

https://repositorio.grupoautonoma.pt/server/api/core/bitstreams/f8a1fbc1-861d-4b5f-aab4-9c9a4a1d0ab5/content. Acesso em: 06 jan 2026

MATRAY, James I. **The Korean War 101: causes, course, and conclusion of the conflict**. *Education About Asia*, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 5–10, 2012.

OBERDORFER, Don; CARLIN, Robert. **The two Koreas: a contemporary history**. 3. ed. New York: Basic Books, 2014. Disponível em: https://archive.org/details/twokoreascontemp0000ober_x9n8. Acesso em: 2 fev. 2026.

RATO, Vasco; PIRES DE LIMA, Bernardo. **A nuclearização da Coreia do Norte: da sustentabilidade do regime à ameaça de proliferação**. Nação e Defesa, [s. l.], n. 119, p. 177–198, 2008

RICARDO, Aleksandro de Souza; MARCOS, João Passos dos Santos; RAMOS, Victor da Silva. **A guerra da Coreia (1950-1953) sob o viés da Guerra Fria e seus efeitos no mundo atual**. *Ciência Atual*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1479–1496, 2025. Disponível em: https://revista.saojose.br/index.php/cafsj/article/view/790. Acesso em: 7 jan. 2026.

SAGAN, Scott D. **The causes of nuclear weapons proliferation**. **Annual Review of Political Science**, [s. l.], v. 14, p. 225–244, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228214470_The_Causes_of_Nuclear_Weapons_Proliferation. Acesso em: 4 jan. 2026.

SAGAN, Scott D. **Why do states build nuclear weapons? Three models in search of a bomb**. International Security, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 54–86, 1996. Disponível em: https://fsi9-prod.s3.us-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/Why_Do_States_Build_Nuclear_Weapons.pdf. Acesso em: 4 jan. 2026.

SLB. **The Defining Series: Heavy Oil**. Oilfield Review, 17 mar. 2016. Disponível em: https://www.slb.com/resource-library/oilfield-review/defining-series/defining-heavy-oil. Acesso em: 9 jun. 2026.

UNITED STATES ARMY. **The Korean War: the Pusan perimeter**. 1992. Disponível em: https://www.usmcmuseum.com/uploads/6/0/3/6/60364049/2_pusan_perimeter.pdf. Acesso em: 7 jan. 2026.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MELCHIONNA, Erika. **A revolução coreana: o desconhecido socialismo Zuche.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. Disponível em: https://resistir.info/livros/a_revolucao_coreana.pdf. Acesso em: 18 jan. 2026.

WIT, Joel S.; PONEMAN, Daniel B.; GALLUCCI, Robert L. **Going critical**: the first North Korean nuclear crisis. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2006.

YONGBYON: The heart of North Korea's nuclear programme. BBC, [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-47397699. Acesso em: 3 mar. 2026.

ANEXO A: TABELA DE DELEGAÇÕES

DELEGAÇÕES	PARTICIPAÇÃO
Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)	Membro Observador
Canadá	Membro Associado
Comissão Europeia	Membro Observador
Comunidade da Austrália	Membro Associado
Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento (UNODA)	Membro Observador
Estados Unidos da América	Membro Executivo
Federação da Rússia	Membro Executivo
Japão	Membro Executivo
Malásia	Membro Associado
Nova Zelândia	Membro Associado
Reino da Tailândia	Membro Associado
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Membro Associado
República Argentina	Membro Executivo
República da República da Coreia (Coreia do Sul)	Membro Associado
República da Índia	Membro Associado
República da Indonésia	Membro Associado
República da Polônia	Membro Associado
República do Cazaquistão	Membro Observador
República do Uzbequistão	Membro Observador
República Federal da Alemanha	Membro Executivo
República Federativa do Brasil	Membro Observador
República Francesa	Membro Associado
República Islâmica do Irã	Membro Associado
República Popular da China	Membro Associado

República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte)	Membro Executivo
República Socialista do Vietnã	Membro Associado
CINI	Membro Observador
CINI	Membro Observador